

# Honra, cavalarias e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalaria às práticas e das práticas aos textos<sup>1</sup>

FERNANDA OLIVAL  
Universidade de Évora  
CIDEHUS  
Portugal

1. Muitos historiadores estabelecem uma clara distinção entre Ordens Militares e Ordens de Cavalaria. Revisite-se essa demarcação.

As Ordens Militares tiveram a sua gênese na Terra Santa no século XII, mais em concreto na década de 1120, com a criação das Ordens do Templo e de São João do Hospital, no contexto da ideia pontifícia de cruzada. Caracterizavam-se por, paradoxalmente, associarem uma vida de perfil monástico com o exercício efetivo da guerra e da cavalaria. Ordens semelhantes, mas com um escopo menos universal e mais vinculadas a reis e territórios aparecerem, mais tarde, nessa mesma centúria, na Península Ibérica<sup>2</sup>. O seu fito era a reconquista cristã.

Ao invés, as Ordens de Cavalaria foram instituídas mais tarde e em contextos muito diferentes. Foram-no, a partir do século XIV, com a criação da Sociedade Fraternal de Cavaleiros de S. Jorge (1325), pelo Rei da Hungria, e sobretudo com o estabelecimento da Orden de la Banda (1330), pelo Rei Afonso XI de Castela e Leão, a que se seguiu a Ordem da Jarreteira (1344/1349), em Inglaterra, e muitas outras. As mais relevantes destas eram as Monárquicas, por terem sido fundadas por um soberano, cuja dinastia as governava hereditariamente. Desta forma, não tinham mestres eleitos entre os seus membros. Eram Ordens destinadas a promover e a recompensar os serviços feitos ao seu chefe, muitas vezes designado mestre ou grão-mestre. Ao contrário das Ordens Militares, estas eram compostas por cavaleiros seculares, que não faziam votos monásticos. Assim, os seus membros não tinham qualquer forma de vida em comum. Podiam, contudo, encontrar-se ou reunir-se uma ou mais vezes por ano, durante pouco tempo (alguns dias, se tanto)<sup>3</sup>. A pertença a estas instituições era – quase tão somente – uma forma de os monarcas estreitarem os laços de fidelidade com os seus membros e assim reforçarem o seu poder.

1 Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto: FCOMP-01-0124-FEDER-00736.

2 Sobre esta classificação de Ordens, cf. Carlos Ayala Martínez, “Origem, Significado e Tipologia das Ordens Militares na Europa Medieval”, In: *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Ed. coord. por Feliciano Novoa Portela & Carlos de Ayala Martínez, Lisboa, Chaves Ed., 2005, pp.13-44.

3 D’Arcy Jonathan Dacre Boulton, *The Knights of the Crown: the Monarchical Orders of Knighthood in the Later Medieval Europe 1325-1520*, Hampshire, The Boydell Press, 1987, pp. XVII-XVIII, 21, *passim*; *Idem*, “The Influence of the

A maior parte destas Ordens foram criadas à imagem e semelhança das Militares. Em geral os seus membros eram designados por “cavaleiros”, tinham insígnias como as Ordens Militares e muitas vezes eram governadas por um mestre ou grão-mestre. Esta afinidade de atributos tornou-se mais evidente a partir do século XVI, designadamente após a criação da Ordem de Sain-Esprit em França, por Henrique III<sup>4</sup>. O grande modelo era a Ordem de S. João, desde 1530 sediada na Ilha de Malta.

A pouco e pouco, no período Moderno, os reis que não tinham Ordens Militares no seu território e sob o seu controlo, procuravam fundar Ordens de Cavalaria, tal era o peso político e simbólico destes institutos. Assim reforçavam os vínculos com a principal nobreza dos seus reinos, em nome da cavalaria ou do seu imaginário.

No caso Português, a necessidade de Ordens de cavalaria era pouco sentida, pois havia as Ordens Militares de Avis, Cristo e Santiago, além da Ordem de S. João que era internacional.

As três primeiras desde o início do século XV eram cada vez mais administradas por membros da família real. Em Outubro de 1418, poucos meses depois do primeiro cerco de Ceuta, D. João I usou a sua ideia de prosseguir o combate contra os sarracenos como um meio de alcançar o Mestrado de Santiago para o seu filho D. João<sup>5</sup>, um dos mais novos da sua prole, que teria na altura dezoito anos. Desta forma terminaram definitivamente os mestres eleitos nesta milícia. O mesmo ocorreu nas de Cristo e Avis quando aqueles mestrados ficaram vagos, em 1420 e em 1434, respectivamente. Para a primeira foi nomeado o Infante D. Henrique e para a segunda o Infante D. Fernando. A estes infantes seguiram-se outros filhos e netos da realeza.

Eis como as Ordens passaram a ser governadas por elementos da família real que eram meros administradores seculares que nem professavam. A maioria casava-se e em quase nada se diferenciava de outros grandes senhores da época. Esta seria uma forma de dar património aos filhos ou netos do monarca e, simultaneamente, de tentar controlar estes recursos, que eram consideráveis.

Desde a década de 1460, seria o próprio príncipe a ser indigitado para este lugar, sempre que possível. Quando em 1495 D. Manuel chegou ao trono, manteve o Mestrado de Cristo na sua tutela. A partir de então este nunca mais saiu das mãos do rei. O mesmo viria a acontecer aos dois restantes quando ficaram vagos em 1550, por morte de D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II. No ano seguinte, D. João III conseguiu mesmo que Roma autorizasse a anexação perpétua dos Mestrados à Coroa, como já ocorrera em Castela. Desde essa data, os reis de Portugal eram por inerência, governadores e perpétuos administradores das Ordens Militares, ainda que o governante fosse menor de idade ou do sexo feminino. Na prática os reis eram “mestres” (como coloquialmente se continuou a designar), sem anular a dependência que estes institutos tinham de Roma.

Estas Ordens, finda a Reconquista do território, tenderam a desligar-se do combate.

Três anos volvidos sobre a queda de Constantinopla (1453), que teve um grande impacto cruzadístico, impulsionado pela Santa Sé, procurou-se obrigar as Ordens de Cristo, Avis, Santiago e S. João a irem combater os otomanos, sob pesadas penas<sup>6</sup>. Esta exigência nunca foi observada. Em Abril de 1462, Pio II, atendendo às grandes despesas de D. Afonso V na defesa de Ceuta e de Alcácer Ceguer, e a seu rogo, pedia a criação de conventos no Norte de África e o envio de elementos destes institutos. Apelo vão. Não teve qualquer êxito<sup>7</sup>. As diretivas foram anuladas por movimentações mandadas efetuar em

---

Religious Orders on the Monarchical Orders of Knighthood: Ranks, Titles and Insignia, 1325-1918”, *Heraldry in Canada/L'Héraldique au Canada*, Otava, vol. XXXII, (3): 22-23, Set. 1998.

4 D'Arcy Jonathan Dacre Boulton, *op. cit.*, pp. 27-28.

5 *Monumenta Henricina*, Coimbra, Com. Exec. V Cent. Morte Inf. D. Henrique, 1960, vol. II, pp. 301-302.

6 *Idem*, vol. XII, pp. 212-215.

7 *Idem*, vol. XIV, pp. 212-216.

Roma pela Ordem de Avis e pelo Infante D. Fernando, Administrador das Ordens de Santiago e Cristo e irmão de Afonso V. Na argumentação então expendida salientou-se que estas milícias não tinham sido criadas para a guerra ofensiva de África, mas sim para a protecção defensiva dos reinos de Portugal e dos Algarves, cuja Reconquista estava concluída. Nem as Ordens consideravam aceitável envolver-se numa guerra cuja utilidade era do rei, segundo advertiam. Faziam também notar que se os cavaleiros tivessem que viver no Norte de África com escassos recursos, passariam a ingressar nestas milícias apenas pessoas de vil qualidade, pois aquele território não oferecia grandes oportunidades materiais de enriquecimento<sup>8</sup>.

Com efeito, ao invés do esperado, os infantes na administração das Ordens parecem ter reforçado o carácter senhorial destes institutos, nos quais a realza pouco podia intervir. Daí que a partir da década de 1460 se reforçasse o interesse da Coroa no controle mais efetivo destas instituições, se possível entregando-as ao Príncipe.

Com a tomada de Arzila e a ocupação de Tânger (1471) pelos portugueses, tornaram-se ainda mais prementes as necessidades financeiras e de defesa das praças marroquinas. Por isso, em 1472, a pedido do monarca, Sixto IV porfiou – sem êxito – na edificação de conventos das ordens de Avis, Cristo e Santiago no Norte de África, como meio de protecção daqueles redutos<sup>9</sup>.

Os capítulos do braço do povo das Cortes da época (1473, 1481-82, 1498) também instaram, de balde, no envolvimento dos cavaleiros das Ordens na atividade bélica com os sarracenos.

Depois da passagem da Ordem de Cristo para as mãos do rei, as estratégias de ligação desta milícia ao Norte de África e à guerra em geral alterar-se-iam um pouco. D. Manuel começou por destinar um pequeno número de comendas que apenas seriam dadas a quem combatia em Marrocos durante quatro anos; pela mesma época, terá criado 30 comendas no Norte de África, de 10 mil reais cada uma, exclusivamente vocacionadas para os moradores daquelas praças<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, reforçava a ideia de que a Ordem tomarense fora fundada para servir a Deus na guerra contra os mouros e inimigos da fé católica<sup>11</sup>.

D. Manuel também instituiu cavalaria-servitorias no Magreb, por volta de 1510. No testemunho de Damião de Góis seriam “çerta renda em dinheiro, quomo em lugar de comenda, pera çem caualleiros moradores nestes lugares vençerem, & com ella trazerem hos çinquenta delles ho habito, quomo hos fronteiros que la vão vençer has comendas”<sup>12</sup>. Em 1589 eram 41 e concentravam-se sobretudo em Tânger<sup>13</sup>. Consistiam numa espécie de tença e eram todas pagas com base nos rendimentos da Mesa Mestral da Ordem de Cristo. Os seus destinatários eram os moradores e fronteiros das fortalezas norte-africanas. Terão desaparecido cerca de meados de Seiscentos, quando Portugal perdeu a tutela das praças de Ceuta e Tânger, onde eram mais numerosas. É importante salientar a designação de “cavalaria-servitorias”, bem como o aparecimento da palavra “fronteiro” em Marrocos para apontar que lá estavam temporariamente e com o intuito de combater os mouros. Eram palavras facilmente conotáveis com o mundo simultaneamente real e literário da cavalaria.

Entre 1514 e 1517 o Papado também permitiu a criação de comendas novas na Ordem de Cristo a partir de diversos recursos, boa parte deles de natureza eclesiástica. Estas novas comendas o monarca reservou-as igualmente a quem servisse no Norte de África, com carta régia para o efeito. Seria isto às custas de cada um e não era necessário ter previamente o hábito para poder solicitar ao rei o documento

8 *Idem*, pp. 309-314.

9 *Idem*, vol. XV, pp. 49-50.

10 *A Regra e Diffinções da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jhu Xpo*, s.l., [Valentim Fernandes], [1506?], cap. LXIV.

11 *Idem*, cap. LI.

12 Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Nova ed., anotada e pref. por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte IV, cap. LXXXVI.

13 BNP, Cód.13216, fl. 69.

de autorização para “ir servir comenda ao Norte de África”, como a pouco e pouco se foi designando este tipo de prática. Pela primeira vez, a Coroa tentava atrair, neste âmbito, gente para a luta contra os mouros que não tinha ainda a insígnia. A estratégia a partir de então seria cada vez mais esta. O hábito devia resultar de serviços previamente efetuados à Coroa e não o inverso.

Perante todo este investimento manuelino nesta zona, não seria acidentalmente que, no *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, representado pela primeira vez em 1517, se rematava o espectáculo com quatro fidalgos cavaleiros da Ordem de Cristo, que morreram pelejando no Norte de África. A cena tinha óbvios intuítos propagandísticos. Assim, aqueles tiveram entrada imediata no batel do Paraíso, para onde se encaminharam sem hesitações, o que muito contrastava com as personagens que os antecederam no palco. Uma tal atitude deixou o diabo assaz surpreendido.

Apesar dos esforços manuelinos, foi apenas no tempo de D. Sebastião, com uma bula papal de 1570, que os serviços se tornaram a via por excelência de acesso às três Ordens sob a direção do monarca.

A partir do momento em que as Ordens passam a dispor da tutela da Coroa, o modo como foram geridas por esta tendeu a aproximá-las das Ordens de Cavalaria, que os monarcas portugueses conheciam bem. Note-se que desde D. João I os monarcas portugueses pertenciam à Ordem da Jarreteira. Na biblioteca de D. Manuel havia um livro escrito em pergaminho sobre esta Ordem, bem como outro sobre a “Ordem e cavalaria de Jasam escrito em purgaminho cuberto de çetim cremesym com hũa çercadura douro de Fremeça e com o velocino no meo da cercadura”<sup>14</sup>. Alguns membros da família real da dinastia de Avis receberam também o Tosão de Ouro. Segundo escreveu em 1552 João de Barros, no livro II da primeira década da *Ásia*, Afonso V teria – inclusive – pensado criar uma Ordem da Espada, que mais tarde outros apelidaram de Torre e Espada. Esta ideia associada ao rescaldo da conquista de Alcácer Ceguer, em 1459, não parece – contudo – ter sustentação histórica, como bem demonstrou Pedro de Azevedo nos anos de 1918-1920<sup>15</sup>.

É certo que ao longo de Quinhentos e Seiscentos os cavaleiros das três Ordens Militares mantiveram os votos de castidade, pobreza e obediência, mas estes foram profundamente alterados. Desde 1496, os das Ordens de Cristo e Avis estavam autorizados a casar, e os de Santiago sempre o puderam fazer. O voto passou a reduzir-se a castidade conjugal, o que equivalia a uma obrigação comum a qualquer católico da época. Manter-se fiel à esposa e abster-se de relações sexuais em certos dias do ano resumiam o grosso do encargo. Desde o início do século XVI também todos eles podiam dispor dos seus bens, a troco do pagamento de um imposto. Apenas a obediência era efetiva.

A vida em comum foi igualmente reduzida a muito pouco, no que respeita aos cavaleiros. A partir da segunda metade de Quinhentos, a maioria apenas contactava com o convento sede quando recebia as insígnias e nem todos lá se deslocavam para o efeito, sobretudo os da Ordem de Avis. A pouco e pouco a localização dos conventos tornou-se periférica em relação ao centro político, núcleo fundamental, onde se despachavam os serviços e se obtinham as mercês de hábitos.

Quanto ao combate, já foi exposto muito do que se passava. Convém apenas frisar que os serviços de referência para alcançar um hábito eram os militares, designadamente os efetuados no Norte de África. O tipo ideal de combatente era aquele que naquelas praças se dispunha a enfrentar os mouros, à sua custa, com homens e cavalos a seu cargo. Também eram considerados válidos os serviços feitos nas Armadas de alto mar e nas galés da costa algarvia, o que correspondia – num caso e no outro – a navios

14 A. Braamcamp Freire, “Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel”, *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, II, 1904, p. 410.

15 “D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1917-1918, Vol. XII, pp. 630-741.

de vigilância e de combate aos corsários. Os serviços da Índia também eram merecedores de remuneração, mas desde que houvesse feitos notáveis. Não permitiam, contudo, obter comendas.

Estas exigências de serviços para alcançar o simples hábito abrandaram com Alcácer-Quibir e sobretudo com a chegada de Filipe II ao trono português. Primeiro, a necessidade de reequilibrar o quadro econômico e financeiro da Nobreza, seguido do imperativo de comprar adeptos e de pagar fidelidades políticas levaram a subverter este padrão. Notoriamente a partir dessa época, o hábito passou a recomensurar qualquer tipo de serviços, mesmo os políticos.

No entanto, para o século XVI, e num período que vai até pelo menos ao reinado de Filipe III, ainda era comum haver gente que solicitava ao monarca autorização para ir servir comenda no Norte de África. Testemunhos deste teor ainda é possível encontrá-los, em 1656, em torno de Mazagão<sup>16</sup>, mas eram já casos esparsos.

2. Pode assim considerar-se, mediante o ocorrido com as Ordens Militares, que sobretudo ao longo do século XVI houve uma necessidade forte de promover os serviços militares, em particular os efetuados no Norte de África. Esse interesse da Coroa foi notório de D. Manuel a D. Sebastião. As muitas bulas de cruzada recebidas desde a centúria anterior para combater os mouros da zona também contribuíam para esse efeito, bem como o sentimento da falta de braços para a defesa das praças, a par das escassas oportunidades de enriquecimento que ofereciam quando se comparavam com a Índia.

Se no século XV o Norte de África fora um espaço predileto para armar cavaleiros muitos fidalgos, iniciando-os na atividade bélica num contexto muito expressivo do ponto de vista simbólico<sup>17</sup>, na primeira metade da centúria seguinte, estes ideais deram alguns sinais de decadência. Nos apontamentos que a cidade de Évora preparou para as Cortes de 1535, escreveu-se:

Que a milícia está mui danada porque já não ha hemem que vista panno de côr que não seja cavalleiro nos livros d'El-Rey, sem terem feito per que o mereçam, nem sahirerm do Reino; sómente por requerimento de pessoas de valia ante Sua Alteza. O que se não fazia se não por certidãos dos capitães dalem como fizeram por onde o mereciam; e por isso he desprezada a cavallaria<sup>18</sup>.

Na realidade, protestava-se contra a proliferação dos que tinham o distintivo de “cavaleiros”, quase sem saberem manejar armas e sem precisarem de ser armados cavaleiros. Assim acontecia em boa medida graças aos foros da Casa Real, que se difundiram a partir do reinado de Afonso V, e cujas designações se inspiravam tanto na cavalaria como no serviço palatino.

Ora, a criação das comendas novas permitiu reavivar os ideais de cavalaria, que davam mostra de algum declínio. Tudo isto, não obstante a resistência à imposição de um modelo de recepção de comendas a troco de serviços prévios no palco norteafricano.

Os testemunhos da citada oposição abundam. Alguns eram mesmo muito subtis. Desde logo, numa compilação de anedotas quinhentistas, quando se alude ao filho do 2º Conde da Sortelha, D. Simão da Silveira, escreveu-se reportando-se possivelmente aos anos de 1540/ início da década seguinte:

era o dito D. Simão muito pobre, e dizendolhe hũ dia elRey D. Joaõ [III] que fosse a Africa servir huã comenda, e que teria com que passar a vida, respondeo a elRey que elle iria servir a Africa de mui boa vontade se sua A.

16 ANTT, *Mesa da Consciência – Papéis Diversos*, Mç. 20, doc. 132.

17 Cf. Albano António Cabral Figueiredo, *O Ideal de Cavalaria na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*, Coimbra, Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa, apresentada à Fac. de Letras – Univ. de Coimbra, 1996.

18 “Os Originais do Cartório da Câmara Municipal de Évora”, In: *A Cidade de Évora*, n. 48-50, 1965-67, p. 274.

lhe fizece m.ce de huã comenda, não das que lá se ganhavaõ as lançadas, mas das que se cá venciaõ passeando no Rocio de Lisboa<sup>19</sup>.

Combater a tendência para o simples suceder nas comendas ou para as alcançar por simples graça régia<sup>20</sup>, não era fácil. Note-se que estas constituíam o rendimento mais cobiçado das Ordens Militares e a que nem todos os cavaleiros podiam aspirar. Mais embaraçoso foi quando D. Sebastião tentou impor “os serviços de África” para todas as comendas que vagassem de qualquer das três Ordens, plenamente consagrada por uma bula de 18 de Agosto de 1570<sup>21</sup>. A única comenda excluída deste imperativo era a quinta a ficar disponível na sequência das vacaturas. Era a chamada “quinta comenda” e o rei enquanto mestre podia atribuí-la como bem entendesse, a troco de outros desempenhos ou por mera graça.

Foi igualmente neste contexto de interesse no retorno das Ordens Militares aos campos de batalha, e nos esforços de angariação de defensores para o Norte de África, com a conseqüente promoção dos ideais de cavalaria, que também importa olhar para a edição de novelas deste teor ao longo do século XVI e no limiar do XVII. Seriam essas histórias de Amadises e Palmeirins, gigantes e magas, textos puramente desinteressados e defasados do contexto português? Efetivamente, sob vários pontos de vista, não o foram. O eco desta literatura foi considerável até ao começo do século XVII, como destacaram – entre outros – Isabel Almeida e Aurelio Vargas Díaz-Toledo. A primeira Autora apontou as edições e reedições, o aproveitamento da temática no teatro vicentino e noutras obras, o seu acolhimento no interior de Portugal e no Império<sup>22</sup>. Aurelio Vargas Díaz-Toledo tem assinalado o crescente número de novelas manuscritas deste perfil<sup>23</sup>, que coexistiram com as que chegaram aos prelos tipográficos. Essa seria uma característica portuguesa: muitos textos circulavam por esta via.

De fato, haveria um público consumidor deste tipo de textos, tendo em linha de conta que entre 1508 e 1604 se teriam impresso onze títulos em Portugal e 78 em Castela, entre 1496 e 1623, o que perfaz um total de 89<sup>24</sup>. Uns e outros circulariam em Portugal, a par dos muitos textos manuscritos. Aliás, Ana Isabel Buescu atesta que no espaço da Península Ibérica dos séculos XVI e XVII “o manuscrito foi o veículo privilegiado da difusão da poesia lírica e das novelas, sobretudo de cavalaria”<sup>25</sup>. Em 62 inventários conhecidos de bibliotecas espanholas do século XVI, em treze (20,9%) delas figuravam textos desta natureza<sup>26</sup>.

Sem dúvida, o fato de estes textos se difundirem em línguas vernáculas e num tempo em que a produção impressa era dominada por temáticas de teor normativo (da Igreja, do Estado Moderno em

19 *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista: Istorias e Ditos Galantes que Sucederão e se Disserão no Paço*, Leitura do texto, intr., notas e índices de Christopher C. Lund, Coimbra, Almedina, 1980, p. 75.

20 Graciosamente, portanto. Sem ser a troco de quaisquer serviços.

21 *Corpo Diplomático Portuguez*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898, vol. XI, pp. 630-640.

22 Isabel Adelaide Penha Dinis de Lima e Almeida, *Livros Portugueses de Cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*, Lisboa, Dissertação de doutoramento em Literatura Portuguesa, apresentada à Univ. de Lisboa, 1999, pp. 19-21, 29, 51, 62, *passim*.

23 “Os Livros de Cavalarias Renascentistas nas Histórias da Literatura Portuguesa”, *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, (3): 233-247, 2006; *Idem*, “Leomundo de Grecia: Hallazgo de un Nuevo Libro de Caballerías Portugués”, *Voz y Letra*, XV (2): 1, 2004; *Idem*, “Noticia de un Nuevo Libro de Caballerías: el Leomundo de Grecia, de Tristão Gomes de Castro”, *TIRANT*, (6), 2003, (<http://parnaseo.uv.es/Tirant.htm>, consultado em 30.5.2011).

24 Dados de José Manuel Lucía Megías, “Um Género para Conquistar Europa: los Libros de Caballerías en España, Portugal, Itália y Francia”, *Congresso Internacional sobre Matéria Cavaleiresca*, Conferência de Abertura, Universidade de São Paulo, 9 de Maio de 2011.

25 “Livros e Livrarias de Reis e de Príncipes entre os Séculos XV e XVI. Algumas Notas”, In: *Na Corte dos Reis de Portugal: Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o Século XVI*, 2. ed., Lisboa, Colibri, 2011, p. 74.

26 Maria Isabel Hernández González, “Suma de Inventários de Bibliotecas del Siglo XVI (1501-1560)”, In: *El Libro Antiguo Español. Coleccionismo y Bibliotecas (Siglos XV-XVIII)*, Ediciones Universidad de Salamanca – Patrimonio Nacional – Sociedad Española de Historia del Libro, 1998, IV, pp. 375-446.

construção ou até do Ensino, em especial o universitário)<sup>27</sup> geraria maior impacto. Uma coletânea de ditos portugueses do século XVI, refere como no começo desta centúria, choravam o Conde de Cantanhede e o de Borba ao ouvirem um escudeiro ler-lhes trechos do *Livro de Amadis* que exprimiam saudade<sup>28</sup>. Deste modo, o cavaleiro Amadis era apropriado como um modelo referencial, que quase entrava no quotidiano destes indivíduos. Não era apenas ficção. Como esta personagem da cavalaria constituía um todo, atualizado em função da recepção que tinha no século XVI, não seria apenas o lado amoroso que se inculcia como modelo. Também fora de Portugal o Amadis suscitava lágrimas a grandes senhores<sup>29</sup> e alimentava a cultura cortesã e de grupos sociais mais baixos, inclusive a do gênero feminino. Desta forma, a cavalaria era reativada também por estas leituras, escritas ou orais, decorrentes de textos manuscritos e impressos e da iconografia que frequentemente os acompanhava, quase singularizando o “gênero editorial”<sup>30</sup>.

Obras deste perfil figuravam nas bibliotecas régias desde o século XV e pelo menos na de D. Manuel. Na deste último, correspondia a uma temática que se destacava entre as matérias de teor profano, logo após as obras de índole jurídico-administrativa<sup>31</sup>.

Com efeito, no caso português, a própria realza encontrava-se – direta ou indiretamente – associada à produção de alguns destes textos. O exemplo mais evidente foi o da *Crónica do Imperador Clarimundo*. João de Barros, morador no Paço desde muito jovem, tê-la-ia escrito sobre as arcas do guarda-roupa de D. João III, a cuja casa pertencia desde que esta fora assentada ainda como príncipe. Nalgumas passagens contou mesmo com correções de D. João, segundo refere no último prólogo que redigiu para este trabalho. É também um elemento do mundo áulico, Jorge Ferreira de Vasconcelos, outro dos importantes autores de textos desta natureza. No “Prologo a El Rey Nosso Senhor” deixa transparecer que o seu *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* fora já apresentado ao Príncipe D. João<sup>32</sup>, pai de D. Sebastião, de cujo serviço esteve dependente a partir de 1540. Numa leitura mais minuciosa resta, porém, saber se se referia tão só à dedicatória que efetuara ao citado Príncipe do seu livro *Triunfos de Sagramor*, até agora perdido, se ao texto impresso em 1567. Segundo refere textualmente, cumpria com o que por ele lhe fora mandado “em vida”. Há, todavia, motivos fortes para duvidar se a encomenda se limitara ao relato do torneio de 1552, se ao conjunto do texto ou ainda à inclusão da narrativa do episódio de Xabregas nos *Triunfos de Sagramor*. Em 1567, o Autor considerava que o seu objetivo central era “trazer á luz ho torneio e mostra que nos delle ficou”<sup>33</sup> e que encastrara tal “diamante desta escritura em hum engaste de pão”. Fosse como fosse, relatava a pedido do Príncipe um evento de cavalaria e oferecia o produto a D. Sebastião, que nessa altura ainda não começara a governar.

As hipóteses que se lançam é de que alguns destes textos podem ter sido escritos ou promovidos com um certo cunho publicístico de toda esta ideologia da cavalaria e do combate; ao mesmo tempo que outros, não tendo esse suporte, beneficiavam deste investimento, angariando leitores e conquistando várias benesses, desde privilégios de impressão a complacência dos censores. Mesmo sendo histórias inventadas, contribuíam para reforçar o *ethos* guerreiro, os serviços militares em geral e a cavalaria, num

27 Jorge Borges de Macedo, “Livros Impressos em Portugal no Século XVI. Interesses e Formas de Mentalidade”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, IX, 1975, pp. 203-221.

28 *Ditos Portugueses Dignos de Memória – História Íntima do Século XVI*, Anotada e comentada por José H. Saraiva, s.l., s.d., n° 1416.

29 Passava-se o mesmo em Itália – Pedro M. Cátedra, *El Sueño Caballeresco: de la Caballería de Papel al Sueño Real de Don Quijote*, Madrid, Abada Ed., 2007, p. 46.

30 *Idem*, p. 27.

31 Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, pp. 58, 79-80.

32 2. ed., Lisboa, Typ. do Panorama, 1867, p. VII.

33 *Idem, ibidem*.

contexto em que havia paz no Reino, mas grandes necessidades de defesa nas “conquistas”, a começar pelas do Norte de África, onde a tensão era endêmica. A tudo isto, somava-se a ameaça da expansão turca no perímetro do Mediterrâneo. Efetivamente esta literatura narrava ações, “aventuras”, e apelava à ação, ao imitar, que constituía o fulcro da vida do cavaleiro<sup>34</sup>.

Em 1587, o prólogo-dedicatória e a censura de Bartolomeu da Fonseca à *Terceira [-Quarta] Parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra...* constitui um caso paradigmático. No primeiro, Diogo Fernandes começa por dizer que ganhou coragem para publicar este texto por ver que “há tanto que se deseja a segunda parte do Palmeirim de Inglaterra por quão bem a primeira tem parecido aos que a leram”. Salienta ainda que o que desdenhasse o gênero por “não ser affeioado ás que são fabulosas, folgaria que lhe lembrasse, que o intento de quem as faz não he acreditar fabulas que todos tem por essas, mas he por meo dellas descobrir os caminhos por onde os merecimentos costumam alcançarse”; dá um cunho pedagógico a estas narrativas:

o fim principal de historias semelhantes, he pôr diante de todos lustrosos exemplos de Principes & cavalleiros, pera que nos successos de maos & viciosos enxerguem os desse toque, o perigo de seus vicios, & na bruteza delles se desa feioem: & pelo contrairo nos bõs & bem criados aprendã os que o forem, os degraos gloriosos por onde se sobre ao mais perfeito, & reconheção os postos onde as obras justas se abalizã.

No caso do censor, passou pelo crivo do mesmo revedor que analisou *Os Lusíadas* em 1572. E, tal como naquele texto, Bartolomeu Ferreira ressaltou o fingimento: “soposto (como he verdade) que os encantamentos, & obras, que aqui estão atribuídas à arte magica são fingidas, o livro não tem nada contra nossa religião, & assi emendado como vay, a lugares (...), se pode imprimir”. Apesar da advertência terá implicado alterações. Depois disso o censor rematava: “Tem boa lingoagem, boas sentenças, & boa doutrina, cõ muitas cousas, que servem pera a policia & conversação humana, & costumes, em desconto doutras fabulas & ociosidades, que tem”.

Havia até uma adaptação ao contexto português, bem visível no *Memorial* de Jorge Ferreira de Vasconcelos. D. João III era ali representado como monarca cujas armas nunca se tinham movido contra cristãos, e como grande zelador da glória da Cristandade em todo o mundo, graças ao seu poder bélico, patente nas suas armadas<sup>35</sup>.

O fato da guerra quinhentista se situar em palcos distanciados do Reino tornava ainda mais difícil angariar braços, sobretudo servidores de qualidade. Daí a importância destes cavaleiros andantes que ora combatiam em ilhas, ora noutros locais, alguns deles fronteiros com os turcos, e que sempre se identificavam com cristãos vencedores, mesmo estando em menor número, como acontecia na maior parte das narrativas.

Faça-se notar que, no final do século XVI e no século XVII, era no Império e nas Ordens Militares que mais se insistia para que os servidores da Coroa fossem armados cavaleiros. Não seria também um dado acidental. O Regimento da Matrícula Geral da Índia, de 1593, estabelecia que não devia ser pago qualquer acrescento aos indivíduos que tinham chegado com a moradia de escudeiro, sem primeiro apresentarem certidão do Vice-Rei, ou do seu capitão-mor, de como tinham sido elevados à cavalaria, por um deles, pelos seus feitos bélicos<sup>36</sup>. Os governadores gerais do Brasil, desde Tomé de Sousa, podiam armar cavaleiros os indivíduos que nas armadas ou em terra o merecessem. Este poder mantinha-se ainda

34 Pedro M. Cátedra, *op. cit.*, pp. 49-50, 66-67.

35 *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda...*, *op. cit.*, pp. 325-326.

36 § 19 do citado regimento publicado por J. H. da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*, Fasc.V – Nova Deli, Madras, 1992, Parte III, doc. 1000.

nas instruções de 1677 do governador-geral do Brasil Roque da Costa Barreto, apesar de no Portugal metropolitano a cerimônia apenas permanecer viva entre os cavaleiros da Ordem Militares. Desde sensivelmente o reinado de Filipe III que caíra em desuso para os demais. O mesmo podiam fazer os capitães das praças do Norte de África, o Vice-rei da Índia ou os capitães-mores no Oriente. Todas estas diretivas para os espaços extra-europeus decorriam do fato de a Expansão se ter iniciado num contexto em que estas práticas ainda tinham sentido e havia um esforço para captar servidores de elevado estatuto social e heroicizar os feitos dos mais destacados. Havia elevado interesse político em fazê-lo.

No século XVI, assim como se insistia no retorno das Ordens Militares aos campos de batalha, cultivava-se uma ambiência global que valorizasse os feitos de armas, a lealdade máxima e honorífica de morrer em combate. A honra, por meados de Quinhentos, ainda estava pouco conotada com a pureza de sangue. Tentava-se mantê-la vinculada à destreza bélica, mesmo que implicasse a morte. No começo da vicentina *Tragicomédia de Amadis*, representada pela primeira vez na Corte, em 1533, deixou-se bem manifesta essa ideia. Quando Amadis explicou aos irmãos que iria partir em busca de aventuras, disse-lhes:

“Vos sabréis, Don Galaor,  
y Don Florestán, hermanos,  
que el verdadero loor  
es aquel que sin temor  
se alcanza por las manos;  
y el general morir  
es covardia esperallo,  
y lindeza aventurallo;  
porque hallo  
que en la fama está el bivar”<sup>37</sup>.

Também em Jorge Ferreira aparece recorrentemente a mesma ideia de desagrado pela ociosidade e de apreço pela morte em combate e sem cobardia, em detrimento do banal falecimento<sup>38</sup>. Neste quadro de fundo, a cavalaria era relevante para “a perfeição de sua honra [do combatente], esta dignidade era necessária, sem a qual todas as outras cousas não têm seu verdadeiro lustro”, conforme se explicava na *Crónica do Imperador Clarimundo*<sup>39</sup>.

Que um cavaleiro não devia ter medo é outra ideia estruturante a percorrer estes textos; um combatente devia desejar “contínua guerra”. Para além disso, realçavam uma série de tópicos que pautavam ou deviam pautar a vida do cavaleiro: a lealdade e verdade, a fidelidade à palavra dada, a coragem, o desejo de aventura, a deslocação para servir o rei. Globalmente exaltavam o guerreiro, a vida ativa por oposição à quietude e a liberalidade do monarca para recompensar os serviços.

Sem dúvida, estes livros traduziam a glorificação de um código de conduta e de um padrão de honra e de serviço, que devia ser remunerado pelo rei. Eram bem textos Quinhentistas, como há muito salientou Massaud Moisés<sup>40</sup>. Representavam uma recriação/renovação do quadro de valores da cavalaria medieval no contexto do século XVI, quando a economia da mercê<sup>41</sup> começa a firmar-se na relação entre

37 Gil Vicente, *Compilaçam de Todas as Obras*, Introd. e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 76.

38 *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda...*, *op. cit.*, pp. 3, 7, 81-82, 98, 123, 148, *passim*.

39 Vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1953, p. 116.

40 “A Novela de Cavalaria Portuguesa”, *Revista de História*, São Paulo, 29, 1957.

41 Resumidamente traduzia-se no princípio de que quem servia fazia-o não de forma gratuita, mas antes na expectativa de mercê; por sua vez, quem recompensava aspirava sempre a aumentar o número de servidores, mediante o exemplo.

a realza e os súditos. Sustentava-se esta última de serviços, em particular os militares. Deste modo, era fundamental despertar novos servidores e manter os existentes de elevado estatuto social, num tempo em que muitos palcos de combate eram cada vez mais distantes e que as oportunidades de enriquecimento eram cada vez mais diversificadas, em relação ao saque e os despojos de guerra.

**RESUMO:** No século XVI e no começo da centúria seguinte, a Coroa portuguesa tinha grandes necessidades de serviços militares, em diferentes palcos, sobretudo fora do território peninsular. As próprias Ordens Militares haviam abandonado os campos de batalha há muito e assemelhavam-se a Ordens de Cavalaria. Florescem neste período os romances de cavalaria porque eram escritos ou promovidos com um certo cunho publicístico de toda esta ideologia do serviço militar.

**Palavras-chave:** Ordens Militares – Ordens de Cavalaria – honra – serviços – romances de cavalarias

**ABSTRACT:** In the 16<sup>th</sup> century and the beginning of the 17<sup>th</sup>, the Portuguese crown had great needs of the military services, in different spaces, especially outside the Iberian Peninsula. Even the military orders had abandoned the battlefields and resembled the orders of knighthood. The novels of chivalry were abundant during this period because many texts were written and promoted as a publicist topic of this whole ideology of military service.

**Key-words:** Military Orders – Orders of Knighthood – honour – services – novels of chivalry